

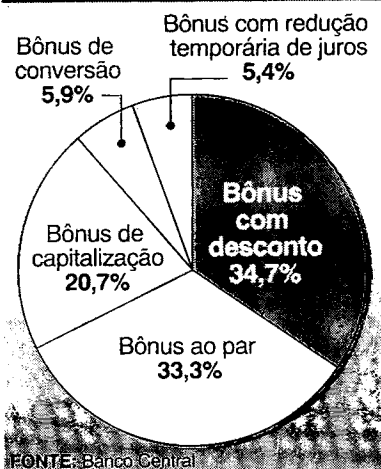
Ext

Troca de títulos sela hoje acordo da dívida

SORAYA ALENCAR

Editoria de Arte

A composição



OS TÍTULOS QUE OS BANCOS RECEBERÃO HOJE DO BRASIL

- 1 — BÔNUS AO PAR** — têm juros fixos de 4%, subindo 0,25 até atingir 6% no sétimo ano. As parcelas da dívida principal só serão pagas ao fim de 30 anos.
- 2 — BÔNUS COM DESCONTO** — têm redução ou desconto no valor de face de 35%. Os juros variam conforme a libor (taxa de juros interbancários de Londres) mais 1%. O principal também será pago ao fim de 30 anos.
- 3 — BÔNUS COM JUROS CAPITALIZADOS** — os juros são os dos títulos do Tesouro americano, hoje em 7,3% ao ano. Se chegarem a 8%, a diferença será incluída na parcela principal durante os dez anos de carência.
- 4 — BÔNUS COM REDUÇÃO DE JUROS, OU FLIRB** — têm opção de taxa flutuante (variável) ou taxa fixa, indo de 4% a 5%. O prazo do Flirb é de 15 anos, com nove de carência para pagamento da parcela principal.
- 5 — BÔNUS DE CONVERSÃO** — inclui o chamado **new money**, os empréstimos novos concedidos agora, mais os créditos obtidos em 1988. O prazo é de 18 anos, com dez de carência. Os juros são a Libor, mais 0,875.

BRASÍLIA — Depois de 11 anos de negociação, o Brasil sela hoje, em Nova York, o mais importante acordo da dívida externa já fechado com os credores privados. O Dia D é hoje, porque será feita a troca dos papéis da dívida velha pelos bônus da dívida reestruturada. Isto significa que os quatro acordos feitos anteriormente estão invalidados e o Brasil passa a pagar a dívida renegociada, que é composta de cinco tipos diferentes de bônus. Esses podem ainda ser usados no programa de privatização.

Pelo novo acordo, o país terá até 30 anos para pagar aproximadamente US\$ 51 bilhões, dos quais US\$ 35 bilhões a cerca de 800 bancos privados estrangeiros. Na negociação com os bancos credores, o Brasil obteve duas concessões inéditas: a primeira foi no pagamento parcelado das garantias, cláusula até hoje não conseguida por nenhum outro país. De um total de US\$ 4,6 bilhões que tem a pagar, o Brasil desembolsará hoje US\$ 2,8 bilhões. A diferença de US\$ 1,6 bilhão será paga em quatro parcelas semestrais.

Outra vitória do país foi fechar o acordo sem antes obter o aval do Fundo Monetário Internacional, como estava previsto em uma das cláusulas. Apesar dos esforços do ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que viajou a Washington no mês passado, esse acordo não foi obtido. Depois de consultar todos os credores, o comitê de bancos anunciou que o fechamento do acordo estava mantido independentemente do Fundo.

Responsável pelas negociações nos últimos dois anos, o atual presidente do Banco Central, Pedro Malan, que hoje está em Nova York, garante que o fechamento do acordo acaba com um problema crônico da dívida externa. Assessores seus destacam que, nos próximos seis anos, até o pagamento de juros de alguns bônus, o Governo poderá respi-

rar aliviado e ter tempo para estabilizar a economia.

Mas o Brasil ainda tem outras preocupações na área externa: o acordo com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais, depende do acordo com o FMI. E o Governo também precisa chegar a um entendimento com a bilionária família Dart, o maior credor privado não-financeiro do país. Os Dart detêm US\$ 1,4 bilhão de papéis da dívida velha brasileira e não aceitaram as condições de troca propostas. O temor do Brasil é que os Dart entrem com uma ação judicial exigindo o pagamento imediato do débito ou, ainda hoje, consigam impedir a troca dos títulos.

O presidente do BC, Pedro Malan, que chegou anteontem a Nova York, não quis confirmar se está tudo pronto para a troca dos títulos da dívida. Para proteger as reservas brasileiras depositadas no exterior, o Banco Central instruiu os bancos que operam com câmbio a depositar os excedentes das posições compradas em nome do Brazilian American Merchant Bank, uma subsidiária do Banco do Brasil, com sede nas ilhas Cayman, um paraíso fiscal no Caribe a salvo de ações judiciais. (Colaborou Helena Vieira, de Nova York)